



Proposta do Curso de Licitação Atualizações (Lei 8.666/93)

Proponente:

Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

CNPJ - 26989137/0001-04

Inscrição Estadual - 07366857/001-14

1. IDENTIFICAÇÃO:

1.1. **Modalidade:** Curso de Atualização.

1.2. **Clientela:** Membros do Ministério Público, Magistrados, Delegados, estudantes de Direito e demais profissionais da área jurídica.

1.3. **Carga Horária:** 32h/a

1.4. **Número de vagas:**

1.4.1. Máximo: 400.

1.4.2. Mínimo: **120 (pagantes).**

1.5. **Inscrições:**

1.6.1. **Início: 3 de março de 2009.**

1.6.2. **Término:** com o preenchimento das vagas.

1.6. **Período do Curso:** de **25 de maio a 04 de junho de 2009**, das 19h20 às 22h30.

Obs.: as aulas serão realizadas nos seguintes dias e horários:

Dia 25 de maio de 2009 - segunda-feira - das 19h20 às 22h30

Dia 26 de maio de 2009 - terça-feira - das 19h20 às 22h30

Dia 27 de maio de 2009 - quarta-feira - das 19h20 às 22h30

Dia 28 de maio de 2009 - quinta-feira - das 19h20 às 22h30

Dia 1º de junho de 2009 - segunda-feira - das 19h20 às 22h30

Dia 2 de junho de 2009 - terça-feira - das 19h20 às 22h30

Dia 3 de junho de 2009 - quarta-feira - das 19h20 às 22h30

Dia 4 de junho de 2009 - quinta-feira - das 19h20 às 22h30

Local: Auditório do Edifício Sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2 - Ed. Sede do MPDFT, CEP 70091-900, Brasília-DF.

2. OBJETIVOS:

- fornecer uma análise crítica dos principais aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais da Lei 8.666/93, de maneira a possibilitar a sua compreensão e correlação com determinados problemas jurídicos atuais;
- propiciar conhecimento especializado aos profissionais e estudantes do Direito Administrativo, com o intuito de aperfeiçoar sua prática jurídica e sua formação acadêmica nas áreas de conhecimento do Direito Público

3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

3.1. O novo regime principiológico administrativo aplicado às licitações públicas

3.1.1. Da legalidade à juridicidade vinculante dos atos licitatórios.

3.1.2. A isonomia à luz da doutrina, da jurisprudência e de novos diplomas legais (Lei Complementar 123/04 e Lei Federal 11.488/07). Em discussão as ações afirmativas nos procedimentos licitatórios.



- 3.1.3. Da teoria do desvio de poder à exigência da moralidade objetiva. Em discussão a teoria da desconsideração da personalidade jurídica e a probidade administrativa na licitação. A exigência de impessoalidade administrativa.
 - 3.1.4. As perspectivas da publicidade eletrônica em face da publicidade ampla e restrita exigida no ordenamento atual.
 - 3.1.5. A obrigatoriedade de motivação em todo o certame licitatório. As garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório.
 - 3.1.6. As repercussões da proporcionalidade: a adequação, a necessidade e a proporcionalidade em sentido estrito.
 - 3.1.7. O significado da efetividade licitatória e a ampliação do conceito de economicidade.
 - 3.1.8. Os princípios específicos do julgamento objetivo, da vinculação ao edital e da competitividade.
- 3.2. A estrutura da Administração Pública contemporânea e a normatização vinculante das respectivas licitações**
- 3.2.1. A licitação na Administração Direta das pessoas federativas (União, Estados-Membros, Municípios e Distrito Federal). Da competência para editar normas gerais e específicas de licitação.
 - 3.2.2. A licitação nas autarquias, fundações públicas, agências reguladoras e agências executivas.
 - 3.2.3. A licitação nas sociedades de economia mista e empresas públicas. Recentes controvérsias na jurisprudência do STF e do TCU.
 - 3.2.4. A licitação e o Terceiro Setor (organizações sociais e OSCIP's).
 - 3.2.5. A licitação e outras entidades (serviços sociais autônomos e entidades de apoio).
- 3.3. A contratação direta no ordenamento atual**
- 3.3.1. Inexigibilidade de licitação.
 - 3.1.1. Os limites conceituais do instituto do credenciamento (regulamentação e procedimento).
 - 3.3.2. Dispensa de licitação.
 - 3.3.3. Licitação dispensada (recentes alterações na Lei nº 8.666 e suas especificidades).
- 3.4. As modalidades de licitação**
- 3.4.1. Modalidades Básicas da Lei nº 8.666: Concorrência, Tomada de Preços e Convite (hipóteses de cabimento e características fundamentais).
 - 3.4.2. Modalidades Especiais da Lei nº 8.666: Concurso e Leilão (características e regime basilar).
 - 3.4.3. A Modalidade de Pregão e a Lei nº 10.520.
- 3.5. O procedimento licitatório na Lei nº 8.666**
- 3.5.1. A importância da fase interna na licitação.
 - 3.5.2. O instrumento convocatório: delimitação do objeto; análise da opção por marca; vícios comuns; impugnação; modificações e reabertura de prazos; o parecer da assessoria jurídica à luz da recente jurisprudência do STF e do TCU.
 - 3.5.3. Habilitação: documentos obrigatórios e dispensáveis; exigências abusivas. Habilitação Jurídica. Qualificação Técnica. Qualificação Econômico-Financeira. Regularidade Fiscal.
 - 3.5.4. Julgamento: tipos de licitação; propostas viciadas (inexequibilidade e superfaturamento); classificação.
 - 3.5.5. Homologação (conceito, competência e efeitos); anulação e revogação (pressupostos e súmula 473 do STF).
 - 3.5.6. Adjudicação: competência e ordem dos atos.



3.6. Aspectos basilares do Pregão

3.6.1. Conceito e objeto.

3.6.2. Do caráter facultativo ou obrigatório do pregão.

3.6.3. Peculiaridades procedimentais (fase interna e externa): termo de referência, credenciamento, inversão de fases, lances verbais e negociação.

3.6.4. Pregoeiro: designação, atribuições e assessoramento.

3.6.5. O regime do pregão eletrônico.

3.7. O Sistema Registro de Preços: um caminho para a eficiência na contratação pública?

3.7.1. Cabimento

3.7.2. Especificidades: vantagens e desvantagens

3.7.3. Regulamentação, prazo de validade, impugnação e revogação

4. CORPO DOCENTE:

Professora **RAQUEL MELO URBANO DE CARVALHO** - Mestre em Direito Administrativo e Procuradora do Estado de Minas Gerais.

5. METODOLOGIA:

Os mecanismos a serem utilizados consistirão em aulas expositivas.

6. FREQUÊNCIA E CERTIFICADO: Os certificados serão expedidos pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios aos alunos que obtiverem frequência mínima de 75% da carga horária total do Curso.

7. Valor Unitário

R\$ 600,00 (Seiscentos reais por participante)

16. Valor Total da Proposta:

R\$ 600,00 multiplicado pela quantidade de participantes

17. Dados Bancários

Banco 001 - Banco do Brasil Agência 3599-8 Conta Corrente 457044 - 8

18. Validade da Proposta: até o dia 22 de maio de 2009

Observação: A confirmação das inscrições se dará com o envio da Nota de Empenho em Favor da Fundação Escola até o dia **22.05.2009**

Brasília, 26 de fevereiro de 2009.

Rodrigo de Abreu Fudoli
Diretor Cultural
FESMPDFT